



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

PARECER JURÍDICO

Referência: Projeto de Lei nº 004/2020

Autoria: Vereador Ferrugem

Ementa: “Dispõe sobre a proibição de queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de alto impacto ou com efeito de tiros”.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 004/2020 de autoria do Excelentíssimo Senhor Vereador Ferrugem, que tem por objetivo limitar a utilização de materiais que causem alto impacto ou com efeito de tiros no Município de Almirante Tamandaré.

O Projeto de Lei foi apresentado na sessão legislativa do dia 17 de fevereiro de 2020, vindo para parecer.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da Competência, Iniciativa e Espécie Normativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e no artigo 7º, incisos IX e X, da Lei Orgânica Municipal¹.

Além disso, a competência para legislar sobre assuntos de interesse local é concorrente entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, só sendo vedado àquele invadir competência privativa deste.

Neste sentido dispõe a Constituição Federal:

Distrito Federal e dos Municípios:	Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do
	(...)
qualquer de suas formas;	VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em
	VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Na seara Constitucional, ainda, o Meio Ambiente ganha especial relevo, tendo todos o direito a um meio ambiente equilibrando, conforme dispõe o art. 225:

¹ Art. 7º - Compete ao Município de Almirante Tamandaré: IX - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual; X - promover a cultura e a recreação;



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

É que se ressaltar de início que o Projeto de Lei apresentado não pretende legislar sobre o comércio de fogos de artifício e sim impor uma **limitação de uso** com o fim de resguardar e proteger o meio ambiente, bem como a saúde.

A temática central, assim, do Projeto de Lei apresentado, está na **poluição sonora** causada pela utilização dos referidos artefatos, questão esta que integra o **meio ambiente**, que é nos dizeres de Marcelo Abelha Rodrigues²:

"(...) a expressão "meio ambiente", como se vê na conceituação do legislador da Lei n. 6.938/81, não retrata apenas a ideia de espaço, de simples ambiente. Pelo contrário, vai além para significar, ainda, o conjunto de relações (físicas, químicas e biológicas) entre os fatores vivos (bióticos) e não vivos (abióticos) ocorrentes nesse ambiente e que são responsáveis pela manutenção, pelo abrigo e pela regência de todas as formas de vida existente

Deflui-se do que foi exposto que o conceito de meio ambiente previsto no art. 3º, I, da Lei n. 6.938/81 tem por finalidade (aspecto teleológico) a proteção, o abrigo e a preservação de todas as formas de vida. Para se chegar a esse desiderato, deve-se resguardar o equilíbrio do ecossistema (justamente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem química, física e biológica). A observação de Antonio Herman V e Benjamin, como de praxe, foi certa ao dizer que Antonio Herman V e Benjamin, como de praxe, foi certa ao dizer que

(...) do texto de lei, bem se vê que o conceito normativo de meio ambiente é teleologicamente biocêntrico (permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas), mas ontologicamente ecocêntrico (o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem química, física e biológica)".

A matéria, assim, pretende valer-se do **Poder de Polícia Administrativa** para fins de obstar o uso de artefatos que causam poluição sonora e prejudicam a fauna local.

Nesta questão, é expresso o reconhecimento da competência municipal no item V da Resolução CONAMA nº 001/1990:

V - As entidades e órgãos públicos (federais, estaduais e **municipais**) competentes, no uso do respectivo poder de política, disporão de acordo com o estabelecido nesta Resolução, sobre a emissão ou **proibição da emissão de ruídos produzidos por qualquer meios ou de qualquer espécie**, considerando sempre os local, horários e a natureza das atividades emissoras, com vistas a compatibilizar o exercício das atividades com a preservação da saúde e do sossego público.

² RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Direito Ambiental Esquematizado* - 3ª ed. Ed. Saraiva 2016, pág. 77



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Sobre polícia administrativa, sábia são as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello³:

"A polícia administrativa manifesta-se tanto através de atos normativos e de alcance geral quanto de atos concretos e específicos. Regulamentos ou portarias - como as que regulam o uso de fogos de artifício ou proíbem soltar balões em épocas de festas juninas -, bem como as normas administrativas que disciplinem horário e condições de vendas de bebidas alcoólicas em certos locais, são disposições genéricas próprias da atividade de polícia administrativa."

Ainda, segundo Hely Lopes Meirelles⁴:

"Em princípio tem competência para policiar a entidade que dispõe do poder de regular a matéria. Assim sendo, os assuntos de interesse nacional ficam sujeitos à regulamentação e policiamento da União; as matérias de interesse regional sujeitam-se às normas e à polícia estadual; e os assuntos de interesse local subordinam-se aos regulamentos edilícios e ao policiamento administrativo municipal."

Todavia, como certas atividades interessam simultaneamente às três entidades estatais, pela sua extensão a todo o território nacional (v. g. saúde pública, trânsito, transportes, etc.), o poder de regular e de policiar se difunde entre todas as Administrações interessadas, provendo cada qual nos limites de sua competência territorial. A regra, entretanto, é a exclusividade do policiamento administrativo; a exceção é a concorrência desse policiamento."

Em sede jurisprudência, há entendimento que corroboram a legitimidade municipal. Neste sentido:

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 3.911, de 20 de março de 2017, do Município de Amparo, que dispõe sobre a proibição da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos. Eiva de iniciativa. Ausência. Assunto afeto a competência concorrente. Vício quanto à matéria cuidada. Inexistência. **Exercício da função de polícia administrativa, voltada à gestão da poluição sonora, assunto de evidente interesse local.** Proibição plena. Possibilidade. Entendimento deste Colendo Órgão Especial. AÇÃO IMPROCEDENTE. (TJ-SP - ADI: 22063136620178260000 SP 2206313-66.2017.8.26.0000, Relator: Beretta da Silveira, Data de Julgamento: 10/10/2018, Órgão Especial, Data de Publicação: 11/10/2018)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei do Município de Marília n. 8.397, de 24 de maio de 2019, que "proíbe a soltura de fogos de artifício ou similares que emitam sons". I. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL – Há interesse local na definição de regras limitadoras da liberdade no âmbito da proteção ao meio ambiente – Medidas de proteção ao meio ambiente que devem ser adequadas à realidade local – Precedente do E. STF – Atendimento ao princípio federativo (artigo 1º da Constituição do Estado de São Paulo)– Legislação sobre matérias vinculadas à proteção ambiental apenas suplementar, respeitadas as normas federais e estaduais existentes. II. COMPATIBILIDADE DA PROIBIÇÃO COM O PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA E COM OS VALORES SOCIAIS DO TRABALHO – **Lei que proíbe apenas a utilização**

³ MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 13ª ed. Malheiros. Pág. 695/696

⁴ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 16ª ed. Revista dos Tribunais PROJURIS, 13 de Março de 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

de fogos de artifício ruidosos, permitido o emprego de alternativas silenciosas, já existentes no mercado – Observadas as peculiaridades locais, a Municipalidade de Marília, ao proibir o emprego de fogos de artifício ruidosos, desincumbiu-se das atribuições que lhe conferiu a Constituição Federal no que tange à proteção do meio ambiente. Ação julgada improcedente. (TJ-SP - ADI: 21378085220198260000 SP 2137808-52.2019.8.26.0000, Relator: Moacir Peres, Data de Julgamento: 11/12/2019, Órgão Especial, Data de Publicação: 24/01/2020)

Há que se ressaltar, por fim, que a matéria ainda está **pendente de julgamento** perante o Supremo Tribunal Federal que, recentemente, reconheceu a **repercussão geral** no julgamento do Recurso Especial nº 1.210.727/SP:

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI MUNICIPAL QUE FIXA A PROIBIÇÃO DE SOLTURA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTEFATOS PIROTÉCNICOS QUE PRODUZEM ESTAMPIDOS. RELEVÂNCIA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DOS ATOS NORMATIVOS IMPUGNADOS. MANIFESTAÇÃO PELA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. (RE 1210727 RG, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 20/06/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-140 DIVULG 27-06-2019 PUBLIC 28-06-2019)

Bem como há que se ressaltar que, no atual cenário, **não existe consenso jurisprudência sobre a legitimidade municipal**. Neste sentido, em entendimento contrário ao projeto:

APELAÇÃO – Mandado de segurança – Proibição de comércio, manuseio, queima e a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos – Lei Municipal nº 4.010/2016 – Pretensão ao regular exercício da atividade de armazenamento e comercialização de fogos de artifício - Declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 4.010/2016 – ADI 2137293-85.2017.8.26.0000 – Ausente interesse local a justificar a atuação legislativa suplementar do Município – Sentença denegatória da ordem reformada – Recurso provido. (TJ-SP - AC: 10027336620168260581 SP 1002733-66.2016.8.26.0581, Relator: Ana Liarte, Data de Julgamento: 15/07/2019, 4ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 16/07/2019)

De fato, a matéria versada na presente proposição ainda é nova, causando entendimento divergentes até a decisão definitiva a ser proferida pelo STF, razão pela qual cabe exclusivamente à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, apreciar a matéria e exarar Parecer conclusivo no que tange aos seus aspectos constitucional e legal, nos termos do Regimento Interno deste Legislativo, e a análise do mérito, oportunidade e conveniência do presente, às demais Comissões e ao Douto Plenário.

Portanto, quanto à competência, iniciativa e espécie normativa, a Procuradoria Jurídica OPINA s.m.j. favorável a tramitação do projeto em comento, com as ressalvas jurisprudenciais aventadas, que divergem quanto a competência municipal para vedação objeto da proposta apresentada.

2.2. Do Quórum



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Para aprovação do Projeto de Lei em análise será necessário o voto favorável da **maioria simples**, ou seja, aquela composta pela maioria de votos, presente o número mínimo de vereadores para deliberar (art. 43, §3º, a, do RI), em **turno único de discussão e votação**, conforme previsão do art. 186, I, do Regimento Interno.

Ainda, com fundamento no art. Art. 206, do Regimento Interno, deverá ser utilizada a **votação simbólica**.

É importante ressaltar que o Presidente da Mesa Diretora somente votará em caso de empate, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno.

2.3. Das Comissões Permanentes

Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo da Comissão Permanentes de Constituição, Justiça e Redação (art. 76, do RI) e de educação, saúde e assistência (art. 79, do RI).

III – CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, depois de observadas as recomendações previstas neste parecer, a Procuradoria Jurídica OPINA s.m.j. tramitação do projeto em comento, com as ressalvas jurisprudenciais aventadas, que divergem quanto a competência municipal para vedação objeto da proposta apresentada.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais. Isso quer dizer que, embora juridicamente viável, o projeto pode ser considerado politicamente inadequado, dentro da discricionariedade de cada Edil.

Almirante Tamandaré, 03 de março de 2020.


Bruno Juvinski Bueno
Advogado



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 004/2020

SÚMULA: “Dispõe sobre a proibição da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de alto impacto ou com efeitos de tiro.”.

Art. 1º Fica proibida a utilização de quaisquer tipos de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de alto impacto ou com efeitos de tiro.

§ 1º A proibição a qual se refere este artigo, estende-se em recintos fechados e ambientes abertos, em áreas públicas e locais privados.

§ 2º Excetuem-se da proibição prevista no caput os fogos de artifício com efeitos de cores, os ditos luminosos, que produzem efeitos visuais sem tiro.

Art. 2º A desobediência ao dispositivo desta Lei implicará na apreensão dos produtos e aplicação de multa em valor estabelecido por ato do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO
POR 10 (dez) votos favoráveis e 01 (uma) Abstenção

SALA DAS SESSÕES, 18 de fevereiro de 2020.

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO
DIA 18 / fevereiro / 2020

Secretário

Ferrugem

Vereador

Presidente

APROVADO EM DEFINITIVA DISCUSSÃO
POR 10 (dez) votos favoráveis e 3 Abstenção
SALA DAS SESSÕES 17 / 03 / 2020



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Como é de conhecimento de todos, os ruídos e a conturbação causada pela emissão dos fogos de artifícios são responsáveis pelos mais variados tipos de acidentes, causando lesões, mutilações, deficiências e até mesmo mortes. Se isso não fosse bastante, a explosão são responsáveis também por causarem uma excessiva perturbação aos idosos, crianças, animais, autistas e tantos outros, sendo também extremamente danosos à fauna, sobremaneira à fauna silvestre que habita as cidades, como os animais considerados domésticos e domesticados, como cães, gatos entre outros animais, que podem chegar a óbito por sustos e medo desenvolvido pela ação descabida e sem limite da população humana.

Desta forma, segue projeto de lei que visa proibir o comércio, uso e manuseio de fogos de artifício e rojões com efeito sonoro, que se aprovado como é apresentado permitirá no âmbito do nosso município apenas o comércio e a soltura de fogos visuais, que trazem luzes e cores, sem estampido.

Pode-se citar outros municípios em nosso estado e no restante do país que tem adotado postura semelhante em face aos acidentes e problemas causados pelas explosões e poluição sonora gerada pelos fogos de artifícios, por exemplo, Curitiba, Guarulhos, Porto Alegre, Garibaldi, Campinas, Santos e a própria Capital do estado de São Paulo, além de outros. Aliás, a falta de regulamentação desta matéria, produz exemplos negativos, a citar o exemplo, Santa Maria, que viveu a tragédia da Boate Kiss, iniciada pela queima de fogos.

Assim, o objetivo desta proposta, é valorizar a saúde e o bem estar social, para humanos e animais, de forma ética, buscando alternativas eficazes para melhorias em nosso convívio. Conto com a colaboração dos nobres pares para a discussão e aprovação desta proposta de projeto de lei.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2020.

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DC

DIA 18 de fevereiro de 2020

Secretário

Ferrugem

Vereador